III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2011.

Letramento nas séries iniciais do sistema de ensino brasileiro: uma reflexão.

De Paula, Eduardo y Gomes, María Cristina Da Silva.

Cita:

De Paula, Eduardo y Gomes, María Cristina Da Silva (2011). *Letramento nas séries iniciais do sistema de ensino brasileiro: uma reflexão. III Congreso Internacional de Investigación y Práctica Profesional en Psicología XVIII Jornadas de Investigación Séptimo Encuentro de Investigadores en Psicología del MERCOSUR. Facultad de Psicología - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-052/462

ARK: https://n2t.net/ark:/13683/eRwr/pF8

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org.*

LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO: UMA REFLEXÃO

De Paula, Eduardo; Gomes, María Cristina Da Silva
Centro Universitário FIEO - Fundação Instituto de Ensino para Osasco. Brasil

RESUMEN
O nosso trabalho tem como norteador a reflexão sobre o letramento na educação infantil, tendo em vista a reforma implementada no sistema Educacional Brasileiro a criança passa a freqüentar a etapa denominada Ensino Fundamental a partir dos seis anos de idade. Para nossa reflexão iniciaremos comentando brevemente, histórico da Educação Infantil no Brasil e o sistema educacional brasileiro, em seguida construiremos nosso aporte teórico conceituando Letramento conforme Magda Soares e processos de aprendizagem humana conforme Vigotski, quando apresenta o conceito de zona de desenvolvimento proximal e a questão do vínculo e a Educação Infantil, nos embasando na teoria do Vínculo conforme Pichon-Riviérè complementado por Azevedo.

Palabras clave
Aprendizagem Letramento Educação Infantil

ABSTRACT
LITERACY IN EARLY SERIES OF BRAZILIAN EDUCATIONAL SYSTEM: A REFLECTION
Our work is guiding reflection on literacy in early childhood education, with a view to reform implemented in the Brazilian educational system where the child is attending elementary school called the step from six years of age. To begin our discussion by commenting briefly history of early childhood education in Brazil and the Brazilian educational system, then build our theoretical approach conceptualizing literacy as Magda Soares and processes of human learning as Vygotsky, when presenting the concept of zone of proximal development and the issue of bond Children and Education, based on his theory in the Bond as Pichon-Rivière complemented by Azevedo.

Key words
Learning Literacy Child Education

INTRODUÇÃO
O presente trabalho tem como ponto central a reflexão sobre o letramento nas séries iniciais do sistema de ensino brasileiro, tendo em vista as reformas a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, 1996, que constitui a Educação Infantil modalidade de educação e não mais apenas um espaço de cuidado às crianças enquanto suas mães trabalham, função que era pertinente à este atendimento até o inicio dos anos de 2000.
Esta modalidade de educação ainda está sendo construída, tanto que a faixa etária das crianças atendidas nessa fase vem sofrendo alterações, zero a seis anos, e atualmente de zero a cinco anos conforme alteração proposta àquela Lei pela Lei 11.274/06.
Nossa preocupação centra-se no atendimento das crianças de seis anos que passam para a etapa denominada Ensino Fundamental, portanto na 1ª série do ensino de nove anos: como adaptar o currículo a esta nova realidade?
Para nossa reflexão iniciamos comentando brevemente, o histórico da Educação Infantil no Brasil e o Sistema Educacional Brasileiro. Em seguida construímos nosso aporte teórico conceituando letramento conforme Magda Soares (2006) e processos de aprendizagem humana conforme Vigotski (1991), quando apresenta o conceito de zona de desenvolvimento proximal e a questão do vínculo e a Educação Infantil, nos embasando na teoria do Vínculo conforme Pichon-Rivière complementado por Azevedo (2003).

1. EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL
A Educação Infantil no Brasil nasceu da necessidade de cuidados com os pequenos, no século XX, quando a nascente indústria demandava mão de obra e as mães trabalhadoras não tinham com quem deixar suas crianças.
A Educação Infantil neste período de nascimento da modalidade tinha caráter assistencialista, era um Programa Social com finalidade prioritária “o Cuidado”. No inicio dos anos de 1990 fora integrada a essa modalidade a preocupação também de “Educar”, porém se tornou parte do Sistema Educacional Brasileiro somente em 1996 com a promulgação da atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, em 20 de dezembro de 1996. Esta, em consonância com a Constituição Federal, reconhece, em seus artigos 29 e 30, a Educação Infantil como a primeira etapa da educação básica oferecida em creches para atender a criança de até três anos de idade e em pré-escolas pa-

ra crianças de quatro a seis anos.
A Educação Infantil no Brasil atual é fruto do arcabouço de leis oriundas a partir da Constituição de 1988. No artigo 208, a constituição preconiza como dever do Estado o "atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade" assegurando, dessa maneira, o seu direito à educação (Brasil, 1998a, p.154). Entretanto, a Política Nacional de Educação Infantil foi formulada somente seis anos depois, em 1994. Em 2006 é promulgada a "Lei nº 11.274, de seis de fevereiro de 2006 - altera a LDB e amplia o Ensino Fundamental para nove anos de duração, com a matrícula de crianças de seis anos de idade e estabelece prazo de implantação, pelos sistemas, até 2010." (MEC, 2009, pg. 06).
Embora muitas ações já estejam em andamento para implementação efetiva das reformas propostas pela legislação vigente, um longo caminho ainda precisa ser percorrido para que esta etapa de educação das crianças passe a integrar de fato esse sistema e para tal muitas reformas no cotidiano e currículo das até então denominadas Creches, atualmente Centro de Educação Infantil, vem sendo implementadas: ações como exigência de formação mínima de magistério para as Educadoras, que deverão concluir formação em nível superior em Pedagogia até final de 2011; paralelamente tornou-se necessário viabilizar o atendimento das crianças de 06 anos nas escolas que oferecem ensino fundamental, ciclo I.

1.1. Currículo da Educação Infantil

Sobre o currículo da educação infantil o MEC nos traz a proposta de Sonia Kramer que situa currículo como:
"o que é proposta pedagógica e currículo em educação infantil?", o MEC cita a opção de Kramer por uma análise que ultrapassa o enfoque escolar ou administrativo que tem marcado as propostas educacionais. (1994 e MEC/SEF/COED1996, p.18-19). A autora não estabelece diferença conceitual entre proposta pedagógica e currículo; compreende currículo ou alternativa curricular de forma ampla, dinâmica e flexível. Um currículo ou proposta pedagógica, para ela, reúne tanto as bases teóricas quanto as diretrizes práticas nelas fundamentadas, bem como aspectos de natureza técnica que viabilizam sua concretização. Partindo do pressuposto de que uma proposta pedagógica é um caminho, não um lugar e de que toda proposta pedagógica tem um a história que precisa ser contada, para a autora a proposta nasce de uma realidade que pergunta e é também busca de uma resposta; é diálogo. Toda proposta é situada, traz o lugar de onde fala e a gama de valores que a constitui; revela dificuldades que enfrenta,problemas que precisam ser superados e a direção que a orienta, expressando uma vontade política, que por ser social e humana, não é nunca uma fala acabada, não aponta "o lugar", "a" resposta, mas um caminho também a construir. (Kramer, 2000, pg. 11)
O currículo na educação infantil é uma construção, com base nas necessidades e realidades desse aluno. A concepção de uma educação Infantil que valorize a criança passa por uma proposta de educação infantil em que as crianças desenvolvam, construam/adquiram conhecimentos e se tornem autônomas e cooperativas implica pensar a formação permanente dos profissionais que nela atuam.

2. LETRAMENTO

O conceito de letramento é relativamente novo em nosso meio, letramento pressupõe uma leitura além do código, o termo letramento se confundiu com alfabetização, no entanto o termo letramento é mais abrangente que o termo alfabetização.
Tentemos definir o conceito de alfabetização, para tanto é necessário pensar a alfabetização como um processo de construção histórica do conhecimento acumulado de um grupo ou do conhecimento universal, partindo do pressuposto que a alfabetização é condição necessária para o pleno exercício da cidadania, podemos entender a alfabetização como processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico, que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia.
Na sociedade moderna e global, com os muitos recursos tecnológicos, principalmente dos que moram nas grandes cidades e necessitam de habilidades que garantam sua interação com o grupo social e complementando o conceito de alfabetização, temos o conceito de letramento, sendo o processo de inserção na cultura escrita, que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade e se amplia por toda a vida, com a participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita.
O conceito de alfabetização em sentido amplo, o letramento, lembra palavras de Freire:
Aprender a ler e a escrever se faz assim uma oportunidade para que mulheres e homens percebam o que realmente significa dizer a palavra: um comportamento humano que envolve ação e reflexão. Dizer a palavra, em um sentido verdadeiro, é o direito de expressar-se e expressar o mundo, de criar e recriar, de decidir, de optar. (Freire, 1982, pg.49)
Em Soares (2001, pg. 38), encontramos uma definição para "letramento é o resultado da ação de "letrar-se", se dermos ao verbo "letrar-se" o sentido de "tornar-se letrado", diferencia-se do termo alfabetizar por que este último refere-se à aquisição da técnica de ler e escrever enquanto o primeiro inclui a função social do ato de ler e escrever como ferramenta para compreensão e interpretação da realidade: letramento inclui a leitura de mundo e de sua realidade.
A professora doutora Magda Soares ainda define letramento como sendo "Do ponto de vista social, o letramento é um fenômeno cultural relativo às atividades que envolvem a língua escrita. A ênfase recai nos usos, funções e propósitos da língua escrita no contexto social" (SOARES, 2006).
Letramento é, sobretudo, um mapa do coração do homem, um mapa de quem você é, e tudo que pode ser. (SOARES, 2006).

3. PROCESSOS DE APRENDIZAGEM HUMANA

Para refletir sobre currículo na Educação Infantil e letramento torna-se necessária a compreensão dos processos de aprendizagem humana, nos embasaremos na teoria de Vigotski (1991), quando apresenta o conceito de zona de desenvolvimento proximal e a questão do vínculo e a Educação Infantil, nos embasando na teoria do Vínculo conforme Pichon-Riviérè complementado por Azevedo (2003).

3.1. Vigotski

Geralmente admiti-se como capacidade intelectual de um sujeito somente àquilo que este é capaz de realizar sozinho, entretanto, para Vigotski (1991), o que um indivíduo é capaz de realizar assistido por outro, seja um parceiro, seja um instrutor, seja até mesmo instrumentos como livros, lições, calculadoras, computadores, que, em última instância, são produtos de outros indivíduos, também representam uma habilidade intelectual do indivíduo.

O pesquisador Vigotski (1991, p. 95), estabelece e interpreta a relação entre aprendizado e desenvolvimento propondo um novo conceito que chamou de zona de desenvolvimento proximal.

O pesquisador sinaliza que, para iniciar a discussão, o aprendizado das crianças começa muito antes de freqüentarem a escola, portanto qualquer situação de aprendizado em que seja colocada sempre evoca uma história prévia; entretanto não ignora que "o aprendizado escolar produz algo fundamentalmente novo no desenvolvimento da criança" (Vigotski, 1991, p.95) e para interpretar este fato propõe o conceito zona de desenvolvimento proximal: distância entre o nível de desenvolvimento real e o nível de desenvolvimento potencial. Este conceito admite dinamicidade no sentido que o que seria zona de desenvolvimento proximal para um sujeito em determinado momento passaria a zona de desenvolvimento real à medida que o mesmo alcançasse solução satisfatória para sua questão, solução esta que não precisa ser alcançada por esforço solitário.

O processo de aprendizado cria a zona de desenvolvimento proximal, aspeto apontado pelo pesquisador como essencial, pois o aprendizado passa a ter como uma das funções a de despertar vários processos internos de desenvolvimento somente alcançáveis quando a criança interage com pessoas em seu ambiente ou quando em cooperação com seus pares. Internalizados, estes processos passam a fazer parte às aquisições do desenvolvimento independente da criança.

3.2. Vínculo e Aprendizagem

A Teoria do Vínculo desenvolveu-se em seus diferentes aspectos por vários autores, citaremos aqui Pichon-Rivière.

Pichon-Rivière dedicou sua existência à investigação humanística, ao ensino da psicanálise, à formação dos jovens profissionais e principalmente, segundo seu discípulo Fernando Taragano, a proteger e desenvolver de forma permanente e ininterrupta seu pensamento dialético.

Pichon-Rivière (2000,pg.1) postula que para poder atuar do ponto de vista da higiene mental devemos conhecer com exatidão que tipo de ansiedade afeta o grupo social que estamos investigando em relação à loucura. Porque cada paciente descreve sua enfermidade de acordo com sua própria experiência, o psiquiatra formulará sua hipótese sobre a patogenia com base na informação dada.

Existem três dimensões de investigação, segundo Pichon-Rivière: a) a investigação do indivíduo denominada psicossocial parte do indivíduo para fora; b) a investigação do grupo, sociodinâmica onde se analisa o grupo como estrutura e c) a investigação da instituição ou sociedade institucional onde analisa-se todo um grupo, uma instituição, um país como objeto de investigação.

Não existe um limite bem definido entre os três campos de investigação, pois se integram sucessivamente.

A psiquiatria concebida a partir das relações interpessoais, da relação do indivíduo com o grupo e/ou com a sociedade permitiu a construção de uma psiquiatria do vínculo também referida como psiquiatria das relações interpessoais; este conceito prevê a concepção de uma psiquiatria dinâmica construída com postulados da psicanálise.

Pichon-Rivière parte da observação da maneira como cada indivíduo se relaciona com outro ou outros para definir vínculo bem como para derivar as patologias do vínculo; categoriza os vínculos patológicos em : a) vínculo paranóico: caracteriza-se pela desconfiança; b) vínculo depressivo: caracteriza-se por estar permanentemente carregado de culpa e expiação; c) vínculo obsessivo: se relaciona com o controle e a ordem; d) vínculo hipocondríaco: o indivíduo o estabelece com os outros através de seu corpo, da saúde e da queixa; e) vínculo histérico: é o da representação, caracteriza-se pela plasticidade e dramaticidade, por trás da representação expressa-se uma fantasia que é o recado real do paciente.

Vínculo é um conceito instrumental em psicologia social, tem significado particular para cada indivíduo e é manejável operacionalmente.

A manutenção do vínculo pelo indivíduo é um processo dialético imprescindível à aprendizagem porque pode levá-lo em diferentes momentos de sua vida a uma interpretação diferenciada da realidade, aqui, nos referimos ao conceito de pensamento dialético explicado por Pichon-Rivière.

O sujeito estabelece vínculos pessoais com pessoas e/ou objetos, a forma como tais vínculos se desenvolvem tanto no processo de estabelecimento dos mesmos como na extinção (mesmo que temporária) dos mesmos será material com o qual o indivíduo tanto construirá sua personalidade bem como processará a sua aprendizagem.

De forma a aproximar a questão do vínculo aos processos de aprendizagem passamos a citar as considerações de Azevedo, 2003.

Segundo Azevedo (2003, pg. 194):

A escola deve possibilitar interações diversas entre parceiros, ao mesmo tempo em que proporciona situações

e experiências que são essenciais para a construção do indivíduo como pessoa. É através das experiências com o mundo social, especificamente eu - outro, que o organismo, em toda sua plasticidade, vai elaborando e reestruturando um dos aspectos que nos caracterizam como seres humanos: o aspecto afetivo.

Ao dirigir-se a uma turma na condição de ensinante, o professor não pode menosprezar a importância da qualidade do vínculo a ser estabelecido; Azevedo a este respeito afirma:

Cabe à escola e ao professor um importante papel social, que é o de compreender o aluno no âmbito de sua dimensão humana, na qual tanto s os aspectos intelectuais quanto os aspectos afetivos estão presentes e se interpenetram em todas as manifestações do conhecimento. (Azevedo, 2003, pg.194)

O papel do professor não pode ser apenas de mediador entre o aluno e o conhecimento mas alguém que esteja envolvido com o processo de aprendizagem e com o estudante, envolvido de maneira afetiva, percebendo inclusive as limitações impostas arquitetonicamente para solicitar as devidas adequações.

4. A EDUCAÇÃO INFANTIL E O LETRAMENTO

Como educadores imersos nesse universo da Educação, com um olhar para o intervalo da transição da Educação Infantil para a Educação Básica, ou seja, 1º ano do ensino de nove anos, em nossa atuação profissional temos percebido grande angustia das crianças, de seis anos, ao chegar à escola de Ensino Fundamental na rede oficial. Estes pequenos deparam-se com prédios, espaços e estruturas não adequados à elas, por exemplo: ausência de áreas de recreação, mobiliário inadequado (algumas crianças, de tão pequenas, ficam "flutuando" nas carteiras) e a presença de um profissional nem sempre tão sensível às necessidades específicas deste público de tenra idade.

As percepções que descrevemos acima nos levam a refletir sobre o papel do professor do 1º ano do Ensino Fundamental, primeiro contato da criança com a educação sistematizada, e a partir de 2006 reponsável por formalizar o processo de letramento das crianças com 6 anos.

O psicólogo Vygotsky nos embasa com a premissa de que o desenvolvimento humano é produto da mediação, constituindo a interação a possibilidade de aprender. Na educação infantil e no 1º ano do Ensino Fundamental essa necessidade se faz urgente, sendo na relação com o adulto, o agente mediador, capaz de instigar nos pequenos o desejo de ler e interpretar o mundo social, mesmo antes de dominar o código formal.

Todo aprendizado é necessariamente mediado, e isso torna o papel do professor mais ativo e determinante do que o previsto por pensadores da educação, para os quais cabe à escola facilitar um processo que só pode ser conduzido pelo próprio aluno.

Segundo Vygotsky, ao contrário, o primeiro contato da criança com novas atividades, habilidades ou informações deve ter a participação de um adulto. Ao internalizar um procedimento, a criança "se apropria" dele, tornando-o voluntário e independente.

Na Educação Infantil e no 1º ano temos no vinculo estabelecido entre o aluno em formação e o professor a possibilidade de descortinar um mundo, com possibilidades infinitas para esse ser em formação, que é bom lembrar nunca mais cessará portanto o professor não pode pensar ser apenas o mediador entre o aluno e o conhecimento, deve pensar-se como alguém que esteja envolvido com o processo de aprendizagem e com o estudante, envolvido de maneira afetiva conforme nos afirma Azevedo:

Como é impossível viver num mundo sem emoções, ao professor cabe admnistrá-las, coordená-las, utilizando-as como fonte de energia, e, quando possível, as expressões emocionais dos alunos como facilitadores do conhecimento, sabendo que o afetivo é parte do processo de conhecimento. (Azevedo, 2003, pg.195)

O vinculo estreitado na relação professor e aluno, já dito como essencial, poderá gerar frutos que no futuro, esse educando estará constituido como adulto seduzido pelo mundo das letras e ainda capaz de atuar e promover mudanças, deixando a passividade e tornando-se protagonista; entretanto o processo que precisa ser deflagrado para o estudante ficará prejudicado se as outras variáveis intervinientes como espaço arquitetonicamente planejado, momentos de recreação diferenciados e sensibilidade do professor às necessidades deste público de tenra idade for relegado à plano de menor importância quando se pensar no currículo para educação infantil .Neste sentido concordamos com Kramer (2005) que em síntese preconiza que a concepção de uma educação Infantil que valorize a criança passa por uma proposta de educação infantil em que as crianças desenvolvam, construam/adquiram conhecimentos e se tornem autônomas e cooperativas implica pensar a formação permanente dos profissionais que nela atuam.

CONSIDERAÇÕES

Garantido o direito da criança a escola de educação infantil, o desafio agora é construir um currículo que privilegie ações pedagógicas que atendam as necessidades próprias desses educandos, caçulas de nosso sistema educacional, principalmente na série que convencionamos referir como de transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental: o 1º ano do ensino de nove anos.

A Educação Infantil é a sala de recepção do início da escolarização, neste espaço são forjados os valores e os desejos que poderão contribuir para a construção de um leitor letrado, sem a miopia de ver o mundo nos óculos de outros, sendo o sujeito plenamente desenvolvido e respeitado na sua individualidade de criador e criatura, conduzindo as velas de seu destino.

Sob a ótica do letramento temos a possibilidade avançarmos no papel da educação infantil como modalidade da educação, portanto não olhar a educação infantil como arranjo do currículo já existente, adaptado a essa faixa etária, é urgente pensar o currículo da educação

infantil como modalidade, esse currículo tem de considerar as necessidades específicas desse grupo e a partir de uma ação pedagógica com ênfase nas necessidades desses alunos e uma escola receptiva, atrativa e com as características próprias para o atendimento, incluindo-se a vinculação afetiva da criança com o professor, lembramos que a criança de educação infantil, quando não se sente acolhida e vinculada ao professor cria verdadeira aversão ao espaço escolar, não querendo freqüentar e quando forçado pela família temos situações de conflito e sofrimento, escancarados em verdadeiros dramas protagonizados pelas crianças, famílias e escola.

O letramento na Educação Infantil representa a possibilidade de valorarmos a educação como ato de prazer, em especial nessa fase de descobertas, possibilitando futuros leitores, escritores protagonistas nas diversas interpretações de mundo que se faz necessário atualmente e muito possivelmente será mais ainda no futuro. Possibilitando hoje diversos contatos das crianças com o mundo letrado, ainda que, também de forma lúdica, talvez, possamos contribuir para forjar esse adulto leitor e protagonista que desejamos.

Diante desta afirmação podemos levantar aspectos significativos à aprendizagem do sujeito; em especial, o sujeito que busca a compreensão do conteúdo desenvolvido no espaço da escola, aspectos voltados a questões que envolvem a atividade do docente e do discente no processo de ensino e aprendizagem.

Neste trabalho não tínhamos a pretensão de responder completamente à questão mas de jogar um pouco de luz neste problema que sabemos afligir muitos educadores, assim esperamos ter dado alguma contribuição para os educadores que se preocupam em aprimorar sua prática para alcançar com maior sucesso os educandos sob sua responsabilidade.

REFERÊNCIAS

Azevedo, Cleomar (2003). As Emoções no Processo de Alfabetização e a Atuação Docente São Paulo : Vetor Editora

Brasil (1996). Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9.394, de 20 de dez. 1996.

Brasil (1998a). Constituição Brasileira de1988. 10 ed. Atualizada em 1998. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.

Brasil (1998b). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer CEB 022/98. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Brasil (1999). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CEB Nº 1. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Brasil(2009). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Concepções e Orientações Curriculares para Educação Básica. Coordenação-Geral do Ensino Fundamental. Ensino Fundamental de Nove Anos: Passo a Passo do Processo de Implantação. Brasília: Ministério da Educação, 2ª Edição

Kramer, S. (coord.) (2005). Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil. São Paulo: Atica.

Kramer, S. (2000). Propostas Pedagógicas Ou Curriculares De Educação Infantil: para retomar o debate, PUC - Rio , on line, disponível no site (Acesso em: 11/06/2011)

Pichon-Rivière, Enrique (2000). Teoria do Vínculo. São Paulo: Martins Fontes

Soares, Magda (2001). Letramento:um tema em três gêneros. 2ª edição 4ª reimpressão Belo Horizonte: Autêntica

Teixeira, L. R. M. (2003). “Desenvolvimento cognitivo e educação infantil: espontâneo ou produzido?” In: Russeff, I. e Bittar M. (orgs). Educação Infantil: política, formação e prática docente. Campo Grande: Plano.

Vigotski, L. S. (1991). A Formação Social da Mente. São Paulo: Martins Fontes